



**BELEM TEM QU
NO NÚMERO DE R**

**VIDA DE
CIRCO**

**DE CORPO
E ALMA**

CLIPPING



28 de
JUNHO
2022

REPÓRTER

70

Projetos sociais

Governo do Estado e Ministério Público discutem os serviços públicos para a população atendida por meio das Usinas da Paz.

**> COMANDO
CELEBRAÇÃO**

O Comando Militar do Norte (CMN) realiza esta semana uma série de atividades por conta dos primeiros nove anos de criação do mais novo Comando Militar de Área do Exército Brasileiro. Além de eventos internos, na quinta-feira (30) será realizada a cerimônia de aniversário do CMN, com formatura militar, no 2º Batalhão de Infantaria e Selva (BIS). Na solenidade, a presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE-PA), desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, será homenageada com o Diploma de Colaborador Emérito do Exército.

**> COMBATE
DESINFORMAÇÃO**

A Justiça Federal no Pará aderiu ao programa do Tribunal Superior Eleitoral de Combate à Desinformação. O termo de adesão foi assinado ontem, em Belém, pelo presidente do TSE, ministro Edson Fachin, e pela diretora do Foro da Seção Judiciária do Pará, juíza federal Alcioni Escobar da Costa Alvim.

PROGRAMA

O programa de combate à desinformação foi instituído no ano passado. Para o TSE, "a produção e difusão de informações falsas pode representar risco a bens e valores essenciais à sociedade - como a democracia -, além de afetar de forma negativa a credibilidade das instituições e a capacidade dos eleitores de exercerem o direito de voto de forma consciente e informada".

**> AUDIODESCRIÇÃO
RISADAS**

A audiodescritora Aline Corrêa ajudou a quebrar o gelo durante o seminário que recebeu o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Edson Fachin, no Teatro Maria Sylvia Nunes, ontem. Ela descreveu o governador Helder Barbalho (MDB) como "grisalho" e ele reagiu direcionando o olhar para ela, com uma expressão que misturava bom humor e estranhamento. Após as risadas da plateia, ela corrigiu a descrição para "parcialmente grisalho".

ACESSIBILIDADE

A mesma reação ocorreu com a descrição do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Pará, Eduardo Imbiriba, classificado por Aline como "calvo". Os risos dos presentes se repetiram, mas dessa vez não houve correção. A presença de Aline no evento organizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará é em respeito à lei que estabelece obrigatoriedade dos recursos de audiodescrição para garantir a inclusão e entendimento de espectadores cegos nos eventos públicos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

OUTUBRO

Parceria enfrentará a desinformação nas eleições

PROGRAMAS - Justiça Federal do Pará e Tribunal Superior Eleitoral firmaram termo de adesão



Governador Helder Barbalho, desembargadora Luzia Nadja Guimarães e ministro Edson Fachin participam de abertura de seminário organizado pelo TRE-PA

DA REDAÇÃO

Na manhã desta segunda-feira, 27, em Belém, o ministro Edson Fachin, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e a diretora do Foro da Seção Judiciária do Pará, juíza federal Alcioni Escobar da Costa Alvim, assinaram termo de adesão firmando parceria em dois programas institucionais do TSE: um de enfrentamento à desinformação durante as eleições e outro de fortalecimento institucional a partir da imagem da Justiça Eleitoral.

A assinatura do termo de adesão ocorreu no Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), pouco antes de solenidade em que a Corte agraciou o ministro com a Medalha do Mérito Eleitoral.

O Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação na Justiça Eleitoral foi instituído pela Portaria 510/2021, assinada pelo então presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso. No documento ele destaca que a desinformação é um desafio global e que a produção e difusão de informações falsas pode representar risco a bens e valores essenciais à sociedade - como a democracia -, além de afetar de forma negativa a credibilidade das instituições e a capacidade

dos eleitores de exercerem o direito de voto de forma consciente e informada.

A primeira experiência foi desenvolvida em agosto de 2019, após ataques sofridos pela Justiça Eleitoral durante a campanha de 2018, e como forma de se preparar para as Eleições 2020.

De acordo com o TSE, a parceria entre as instituições é um dos principais pilares do combate à desinformação, uma vez que contrapõe eventuais notícias falsas com notícias verdadeiras apuradas e checadas com o auxílio da imprensa profissional.

“Combater a desinformação não apenas durante o processo eleitoral, mas em qualquer tempo, é imprescindível para formar cidadãos e cidadãs conscientes da importância da democracia. Como também é imprescindível que as instituições estejam fortalecidas para enfrentar os desafios que se apresentarem”, declarou Alcioni Alvim.

FORTALECIMENTO

Já o Programa de Fortalecimento Institucional a partir da gestão da imagem da Justiça Eleitoral (Profi), instituído pela Portaria 282/2022, assinada por Edson Fachin, tem como objetivo desenvolver ações



(...) a recusa antecipada do resultado das eleições é um flerte com formas políticas fincadas no autoritarismo e na opressão”, disse o ministro Fachin

coordenadas para conter a onda de desconfiança e elevar as impressões positivas em torno das instituições eleitorais, com ênfase na segurança e na honestidade dos pleitos nacionais, na imparcialidade, no profissionalismo e na importância da Justiça Eleitoral.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Fachin alerta para “flerte” com a opressão

EDUARDO LAVIANO
DA REDAÇÃO

O presidente do TSE, ministro Edson Fachin, afirmou que “a recusa antecipada do resultado das eleições é um flerte com formas políticas fincadas no autoritarismo e na opressão”. A declaração foi dada na manhã desta segunda, em Belém, onde Fachin participou da abertura do seminário “Os desafios da Justiça Eleitoral para as eleições de 2022”, organizado pelo TRE-PA.

Segundo Fachin, a democracia brasileira está sendo “escovada a contrapelo” e, portanto, necessita de cada vez mais firmeza da parte dos tribunais eleitorais para garantir o cumprimento da lei e o respeito à constituição. “É da Justiça Eleitoral, e apenas da Justiça Eleitoral, a tarefa de caucionar o processo estruturante da governação política, zelando pela vigência de instituições representativas acessíveis, renomadas e alheias ao jugo da imposição, guiada sem exceção pelo direito de escolha da população”, frisou ele.

A reflexão de Fachin chega em um momento de proximidade entre as For-

ças Armadas e o TSE, com os militares reforçando exigências à Corte e demandando mais autonomia de participação e fiscalização no processo eleitoral.

APLAUSOS

Fachin destacou que nenhum representante popular está acima do julgamento do povo e que quem não respeita o resultado das urnas desrespeita o eleitorado brasileiro, fala que rendeu aplausos puxados pelo governador Helder Barbalho (MDB) no Teatro Maria Sylvania Nunes. “É preciso demitir-se do uso da força, das ameaças constantes e da incitação, às vezes sugerida e outras vezes explícita, de reações antidemocráticas e violentas. É imperativo fiar-se nas instituições democráticas. Precisamos manter em pé essa república. A tutela da normalidade nunca foi tão necessária”, afirmou.

O ministro disse que o Estado brasileiro está não só pronto para realizar as eleições como também, dentro do prazo da lei, diplomar todos os eleitos para que eles assumam os cargos. “[O processo ocor-

rerá] com respeito irrestrito ao escrutínio popular”, assegurou. Antes da abertura do seminário, Fachin recebeu a Medalha de Mérito Eleitoral do TRE-PA e afirmou que as eleições de outubro serão “íntegras, seguras e pacíficas”.

A presidente do TRE-PA, desembargadora Lúzia Nadja Guimarães, destacou: “Nós que conhecemos nosso estado sabemos que os desafios são inúmeros. Utilizamos meios terrestres, aéreos e fluviais para garantir a eleição. É importante que o presidente do TSE tenha conhecimento dessa logística. No dia da eleição, somos o segmento de justiça mais presente na vida das pessoas. Estamos em cada furo de rio, locais ribeirinhos, indígenas, quilombolas e rurais. Estamos presentes para que o eleitorado possa exercer o direito do voto”.

VEJA MAIS

Use a câmera do seu celular para acessar o conteúdo multimídia.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

“Eleições existem para assegurar o protagonismo da voz popular”

Declaração foi dada pelo presidente do TSE, ministro Edson Fachin, em seminário sobre Direito Eleitoral, promovido pelo TRE do Pará

JUDICIÁRIO

Carol Menezes

Convidado a fazer a conferência magna de abertura do Seminário de Direito Eleitoral Pará 2022, promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), o atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, repetiu uma defesa que tem sido constante nas aparições públicas em que lhe é dada a oportunidade de falar: enalteceu a credibilidade do processo eleitoral brasileiro e ainda o respeito à democracia, em especial, aos resultados dos pleitos eleitorais. A programação, no Teatro Maria Sílvia Nunes da Estação das Docas, continua hoje, com outras atividades. Nos dias 30 de junho e 1º de julho, o Seminário será realizado no Centro Cultural de Parauapebas.

“Este é o Brasil eleitoral que nós, todos, conquistamos com a redemocratização de 1988. Este é Brasil eleitoral que pede passagem para firmar a história da democracia. E a Justiça Eleitoral brasileira está preparada para organizar, como está a fazer, e para realizar as eleições. E, no prazo da lei, diplomar as eleitas e eleitos, com respeito irrestrito ao escrutínio do voto popular. As eleições existem para assegurar o protagonismo da voz popular na organização dos interesses coletivos, razão pela qual é possível afirmar que a recusa das eleições implica um flerte nostálgico com fórmulas políticas fincadas na opressão”, declarou Fachin.



O ministro Edson Fachin, que também integra o STF, falou ainda da importância da Justiça Eleitoral, garantida pela própria Constituição da República. FOTO: RENE ALMEIDA

Sem citar nomes ou eventos, o presidente do TSE, que deixa o cargo em menos de dois meses para que assuma o cargo de corte supremo, Alexandre de Moraes, reforçou que a existência dos tribunais é para resguardar a essência primária do jogo democrático, assegurando inclusive que os atritos gerados pelo antagonismo político sejam resolvidos de forma racional.

“Dentro dessa linha, a Constituição da República acomete à Justiça Eleitoral – e apenas à Justiça Eleitoral – a tarefa de caucionar o processo estruturante da governação política, zelando pela vigência de instituições representativas acessíveis, renováveis e, em especial, completamente alheias ao jugo da imposição, porquanto guiadas, sem exceção, pelo direito de escolha da população”, insistiu.

MESA DO EVENTO

AUTORIDADES

Além do presidente do TSE, a mesa de abertura do evento foi composta pelo vice-presidente e corregedor do Tribunal, desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior; pelo governador do Estado, Helder Barbalho; pela presidente do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), desembargadora Célia Regina

de Lima Pinheiro; pelo procurador-geral de Justiça, César Mattar Jr.; pelo presidente do TRE do Amapá, Gilberto Pinheiro; pela presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheira Maria de Lurdes Lima Oliveira; pelo presidente da OAB-Pará, Eduardo Imbiriba e pela juíza federal, diretora do Fórum Eleitoral do Estado do Pará, Alcioni Escobar da Costa Alvim.

DESAFIOS

A presidente do TRE do Pará, desembargadora Lúzia Nadja Guimarães Nascimento, falou sobre a importância do seminário. “Esse momento é muito especial, porque se aproxima cada vez mais das eleições. Na verdade, estamos a menos de 100 dias do pleito e isso faz com que possamos festejar esse momento

democrático e, ao mesmo tempo, possamos refletir sobre vários assuntos que envolvem a Justiça Eleitoral e os procedimentos eleitorais que são obrigatórios para aqueles que apresentarem seus nomes como candidatos. Por isso, temos hoje aqui o ministro Fachin para a abertura para falar um pouco mais sobre esses desafios”, destacou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ribeirinho Cidadão realiza cerca de mil atendimentos em Bagre (PA)

🕒 27 de junho de 2022



O projeto Ribeirinho Cidadão, do [Tribunal de Justiça do Pará \(TJPA\)](#), realizou cerca de mil atendimentos em Bagre (PA). A ação ocorreu na comunidade Monte Sinai do Rio Mocajatuba, que fica a cerca de uma hora de lancha da zona urbana. Realizado nos dias 20 e 21 de maio, o projeto proporcionou à população que vive às margens de rios o acesso efetivo à jurisdição e a outros serviços públicos prestados por órgãos integrantes do sistema de Justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O projeto em Bagre contou com a parceria institucional do Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), prefeitura de Bagre, Cartório do Ofício Único de Bagre, Conselho Tutelar, Assembleia de Deus e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

“Essa ação foi muito importante porque marcou a retomada do projeto Ribeirinho Cidadão ainda num contexto pandêmico e foi muito bem recebida pela comunidade bagrense. Além da prestação jurisdicional, nós conseguimos levar uma série de serviços articulados, prestados pelo Estado no sentido amplo, tais como emissão de documentos, serviços de saúde, além de informação dentro do contexto de um ano eleitoral. Essa ação do Ribeirinho Cidadão também se engajou no contexto nacional do Maio Laranja, de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes”, destacou o juiz coordenador da ação, David Jacob Bastos.

Audiências

Após audiências judiciais, foram prolatadas 17 sentenças de mérito, envolvendo demandas de retificação de registro civil, divórcio consensual, reconhecimento de união estável e prestações alimentares, destacando-se o caso de idoso com 67 anos de idade que, mediante sentença, obteve a sua certidão de nascimento. O TRE-PA realizou o programa “Eleitor do Futuro”, com exposição para 70 crianças.

A equipe do TRE-PA também prestou esclarecimentos e realizou treinamento operacional de urnas eletrônicas para cerca de 140 pessoas, além de palestras para disseminar informações do processo democrático eleitoral, destacando a troca do “título de eleitor verdinho”, a segurança das urnas eletrônicas, a ordem dos candidatos nas eleições e a importância do exercício do direito ao sufrágio mediante o voto.

O juiz coordenador da ação também celebrou cinco casamentos civis gratuitos, com a respectiva tramitação documental pelo Cartório do Único Ofício de Bagre. Para diminuição do sub-registro, o cartório também recepcionou documentação

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

para o registro extemporâneo de 20 crianças – nos moldes delineados para o “Registro Tardio” pelo [Provimento n. 28/2013 do Conselho Nacional de Justiça \(CNJ\)](#) – e, em atendimento à solicitação formulada pela Defensoria Pública, emitiu gratuitamente 28 certidões de nascimento e 10 notas informativas sobre registro, assim como prestou esclarecimentos acerca dos prazos e da documentação relativos aos registros de nascimento e de óbito.

A Defensoria Pública do estado executou o Programa “Balcão de Direitos”, com a expedição de 246 carteiras de identidade, 188 2ª vias de certidão de nascimento e 492 fotos registradas, no local, para a instrução de requerimento de documentação civil.

No navio da Unidade Básica de Saúde de Bagre, ocorreram atendimentos pela equipe composta por médico, enfermeira, odontólogo, assistente de odontologia, microscopista, técnicas de enfermagem, agente notificante, comandante fluvial, motorista fluvial, marinheiros fluviais e cozinheira. A equipe prestou os seguintes serviços de saúde pública: 163 medições antropométricas (peso e altura); 113 aferições de pressão arterial; 55 consultas odontológicas, com realização de extração, obturação, restauração e limpeza; 21 consultas de enfermagem, sendo 3 de pré-natal, 5 de planejamento familiar, 4 exames preventivos de colo de útero (PCUU), 4 curativos, 5 injetáveis; 12 testes rápidos; 157 consultas médicas; 4.537 dispensações de medicamentos; 140 aplicações de vacinas, sendo 80 de Covid-19 e 52 de rotina; educação em saúde por meio de orientações acerca do uso de máscaras e informações referentes às vacinas de Covid-19; além de ações de combate a leishmaniose e malária.

No contexto do “Maio Laranja”, o Conselho Tutelar de Bagre realizou dinâmicas, para esclarecer sobre os canais de comunicação e as ferramentas existentes para combater, na zona rural, violações aos direitos das crianças e dos adolescentes, com o objetivo de romper com o ciclo vicioso de tais condutas ilícitas, no território bagrense. Já a irmã Marie Henriqueta Ferreira Cavalcante, da Comissão de Justiça e Paz (CNBB – Norte), realizou dinâmicas sobre delitos contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, com ênfase na prevenção,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

na identificação e na denúncia de situações de abuso, a fim de romper com o ciclo vicioso destas violações, no arquipélago do Marajó.

E, a partir de doações, o Projeto Ribeirinho Cidadão distribuiu 100 kits de higiene bucal (creme dental e escova de dente), 100 pacotes de absorventes femininos, brinquedos, livros infantis e mochilas escolares.

Fonte: [TJPA](#)

MACRODESAFIO
GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



MPPA recebe reclamações de moradores do entorno do aterro sanitário de Marituba

POR ROMA NEWS | 28 DE JUN DE 2022, 10:32

A partir da próxima segunda-feira, 4, o Ministério Público do Pará (MPPA) realizará um mutirão de atendimentos ao público com o intuito de receber as reclamações decorrentes dos incômodos ocasionados pela operação do Aterro Sanitário de Marituba, a escuta seguirá até o dia 15 de julho.

A necessidade de realização do mutirão é pelo expressivo aumento de reclamações e procura do órgão ministerial e demais órgãos públicos em razão da intensificação de odores e reclamações de incômodos à saúde da população fatos observados os últimos meses.

De acordo com o MPPA, caso necessário, o período de escuta poderá ser prorrogado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Homem é condenado a 9 anos por matar companheira em 2006, em Belém

Réu ficou foragido por 10 anos e foi preso com documento falsos



O Liberal

27.06.22 14h17



Sessão no Fórum da Comarca da Capital (Foto: Divulgação)

Joel Souza Pinheiro foi condenado a nove anos de prisão em regime inicial fechado, como resultado de sessão realizada no Tribunal do Júri em Belém nesta segunda-feira (27). O réu, segundo informações do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), causou a morte da companheira, Marta Helena Pereira Lopes, e passou 13 anos foragido. Ele foi preso com documentos falsos no município de Bragança, nordeste do Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O réu foi preso em 2019, mas, em 2020, em virtude da pandemia da covid-19, passou a responder em liberdade. Nesta segunda-feira (27), ele compareceu ao Júri e foi condenado a 9 anos de prisão. No entanto, permanecerá respondendo o processo em liberdade até que a sentença transite em julgado ou a apelação (da defesa do réu) for julgada e mantida a condenação

Levantamento sobre o caso apontou que o crime ocorreu na madrugada de 14 de dezembro de 2006, no interior da casa da vítima, na passagem Nossa Senhora das Graças, no bairro da Marambaia, em Belém. Familiares da vítima que estavam na casa quando o crime aconteceu confirmaram que, após saírem à noite, o casal chegou de madrugada. A neta de 5 anos ouviu um barulho e o acusado mandou a menina voltar a dormir.

Na manhã, ao acordar, os tios adolescentes gêmeos levantaram um cobertor que cobria o rosto da mulher e perceberam sangue. Desesperados, pediram socorro aos vizinhos. A vítima foi morta com o uso de uma ferramenta de pedreiro.

No julgamento, o promotor do júri, Edson Augusto Souza, sustentou a acusação em desfavor do acusado. O advogado do réu, Marcelo Nascimento Viana, apresentou a tese de negativa de autoria. No final, a sentença versou sobre a condenação do réu, tendo por base o artigo 121 do Código Penal Brasileiro.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Homem não comparece ao próprio julgamento e é condenado a 14 anos de prisão em regime fechado

O julgamento foi realizado na sexta-feira (24), no município de Santarém



Ândria Almeida/ O Liberal

27.06.22 12h09



Na última sexta-feira (24) o réu Silvestre da Silva foi **julgado à revelia**, que é quando o **réu** não comparece ou não manifesta defesa, pelo crime de **tentativa de feminicídio contra a ex-companheira** no ano de 2017, no bairro Ipanema, em [Santarém](#). O réu foi **condenado a 14 anos de prisão** em regime fechado.

O julgamento foi presidido pelo juiz da 3ª Vara Criminal de Santarém, Gabriel Veloso de Araújo. De acordo com informações do juiz, o homem cumpria prisão

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

domiciliar e foi intimado por meio de edital, no entanto, não compareceu ao próprio julgamento.

“O Silvestre estava em prisão domiciliar devido à idade e se mudou sem comunicar a esse Juízo. Por isso foi decretada a prisão dele e indeferido o direito de recorrer em liberdade”, relatou o juiz.

Após o julgamento a justiça decretou a prisão de Silvestre que agora é considerado foragido da justiça. Quaisquer informações que possam ajudar na localização do criminoso podem ser encaminhadas ao **Disque-Denúncia (190)**. A ligação é gratuita e a identidade do denunciante será mantida em sigilo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça concede prisão domiciliar para suposto mandante na morte de empresário em Marabá

O caso aconteceu em 20 de setembro de 2020, na orla do rio Tocantins, e outras sete pessoas são apontadas por participação na ação



O Liberal

28.06.22 11h48



A Justiça do Pará concedeu prisão domiciliar na última terça-feira (23), ao empresário Diogo Costa Carvalho envolvido em um homicídio em Marabá, região sudeste do Pará. Diogo utilizará monitoramento eletrônico e só poderá sair de casa para consultas, internações e urgências médicas. Ele seria o mandante o crime. O caso aconteceu em 20 de setembro de 2020, na orla do rio Tocantins. Outras sete pessoas são apontadas de participação na ação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Diogo foi preso em outubro do ano passado e dezembro foi solto para um tratamento de saúde. A ordem foi feita pela Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). Em fevereiro de 2022, o empresário foi preso novamente por descumprir o monitoramento eletrônico.

O documento com a decisão, foi assinado pela desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos. Diogo não estaria recebendo o tratamento médico adequado. A defesa contou que o empresário teria quadro grave de uma hepatite A, pedra na vesícula e necessidade de realizar cirurgia de colecistectomia. Ele ainda precisava de cuidados alimentares específicos por conta de ter feito uma bariátrica.

A primeira audiência aconteceu na última sexta-feira (24), e as testemunhas de acusação foram ouvidas. No entanto, a defesa de Diogo Carvalho não pôde interrogá-las.

Relembre o caso

O empresário Diogo Sampaio de Sousa, de 36 anos, mais conhecido como "Diogão", foi executado com um tiro no peito no final da tarde do dia 20 de setembro de 2020, na Orla de Marabá. Após cometerem o crime, os assassinos, que estavam em um carro, fugiram do local. A informação foi confirmada pela Polícia Militar.

Segundo a polícia, "Diogão" estava em pé na orla da cidade, no bairro Velha Marabá, quando, por volta das 18h30, um carro, modelo Fiat Uno, de cor branca, estacionou próximo à vítima. O atirador, que estava no banco traseiro do veículo, abaixou o vidro e fez o disparo. Os suspeitos fugiram do local, que estava bastante movimentado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Envolvidos no assassinato preso pela Polícia Civil

Oito mandados de prisão e dez de busca e apreensão foram cumpridos pela Polícia Civil no dia 28 de outubro do ano passado contra seis envolvidos no assassinato do empresário Diogo Sampaio de Souza, ocorrido em setembro de 2020, no município de Marabá, sudeste do Pará. A ação é parte da operação "Tora Bora", deflagrada nas cidades de Belém, Marabá, Parauapebas, Afuá e Tucuruí, além de duas cidades do Estado do Maranhão: Açailândia e Imperatriz.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Policial penal que atirou em mulher em Marituba vai responder processo em liberdade

A decisão foi feita após audiência de custódia nesta segunda-feira (27), por videoconferência



O Liberal

27.06.22 12h18



O policial penal Cosmo Ivan da Silva que [baleou uma mulher na manhã do último domingo](#) (26), em Marituba, **responderá em processo de liberdade**. A informação foi confirmada pelo **presidente do Sindicato dos Policiais Penais, Demetrius Lemos**, na manhã desta segunda-feira (27), após **audiência de custódia no Juizado da Vara Criminal de Marituba**.

Cosmo estava **à paisana com a esposa** e alegou que o **disparo foi em legítima defesa**. Ele foi **preso em flagrante e conduzido à Delegacia de Crimes Funcionais (Decrif)** para os devidos procedimentos.

Demetrius contou que a audiência de custódia aconteceu por videoconferência. Ele afirmou que o juiz doutor Wagner Soares da Costa determinou o alvará de Cosmo. A previsão é de que o documento seja liberado ainda nesta segunda-feira (27).

“O Cosmo acabou de participar da audiência de custódia. O Ministério Público se pronunciou pela decretação de transformar a prisão em flagrante em preventiva. Apresentou os elementos. O advogado, doutor Leandro Moura, do sindicato conseguiu comprovar para o juiz que os elementos não tinham fundamento para manter a prisão. Ele conseguiu mostrar dentro da lei e das provas registradas no auto de que não existia o motivo para manter preso o policial. O juiz se manifestou no sentido de acompanhar o pensamento da defesa. E está expedindo o alvará de soltura, para que o policial responda em liberdade. Ainda hoje o alvará estará na Seap para ser liberado”, contou o presidente do Sindipol.

Em nota, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) informou que o servidor terá sua **conduta apurada pela Corregedoria do órgão**.

Relembre o caso

Um [acidente de trânsito terminou com uma mulher baleada em Marituba](#), na manhã do último domingo (26). O autor do disparo, um policial penal que estava à paisana com a esposa, alegou legítima defesa.

Tudo começou com a colisão entre um carro particular, onde estava o agente identificado como Cosmo Ivan da Silva, e uma moto na avenida Fernando Guilhon, próximo à Praça Matriz do município da Região Metropolitana

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

de **Belém**. Ele teria descido do carro para conversar com outro casal envolvido na batida quando a discussão acalorada começou.

A vítima do disparo foi identificada como Letícia Estefany Braga. Ela foi atingida na perna direita e socorrida pelo Corpo de Bombeiros. Em nota, a Polícia Civil informou que ela foi encaminhada para uma unidade de saúde e para a realização do exame de corpo de delito.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Eleições 2022: Justiça Federal do Pará e TSE firmam parceria para enfrentamento à desinformação

Assinatura do termo de adesão ocorreu durante a visita do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Edson Fachin, à capital paraense



O Liberal

27.06.22 16h09



O ministro Edson Fachin, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, e a diretora do Foro da Seção Judiciária do Pará, juíza federal Alcioni Escobar da Costa Alvim, assinaram o termo de adesão (Divulgação / Justiça Federal no Pará)

Na manhã desta segunda-feira (27), em Belém, o **ministro Edson Fachin, presidente do Tribunal Superior Eleitoral** e a diretora do **Foro da Seção Judiciária do Pará, juíza federal Alcioni Escobar da Costa Alvim**, assinaram um termo de adesão firmando parceria em dois programas institucionais do TSE: um de enfrentamento à desinformação durante as eleições e outro de fortalecimento institucional a partir da imagens da Justiça Eleitoral.

O Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação na Justiça Eleitoral foi instituído pela Portaria TSE nº 510/2021, assinada pelo então presidente do

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

TSE, ministro Luís Roberto Barroso. No documento ele destaca que a desinformação é um desafio global e que a produção e difusão de informações falsas pode representar risco a bens e valores essenciais à sociedade - como a democracia -, além de afetar de forma negativa a credibilidade das instituições e a capacidade dos eleitores de exercerem o direito de voto de forma consciente e informada.

A primeira experiência foi desenvolvida em agosto de 2019, após ataques sofridos pela Justiça Eleitoral durante a campanha de 2018, e como forma de se preparar para as Eleições 2020.

De acordo com o TSE, a parceria entre as instituições é um dos principais pilares do combate à desinformação, uma vez que contrapõe eventuais notícias falsas com notícias verdadeiras apuradas e checadas com o auxílio da imprensa profissional.

“Combater a desinformação não apenas durante o processo eleitoral, mas em qualquer tempo, é imprescindível para formar cidadãos e cidadãs conscientes da importância da democracia. Como também é imprescindível que as instituições estejam fortalecidas para enfrentar os desafios que se apresentarem”, declarou Alcioni Alvim.

A assinatura do termo de adesão ocorreu no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), pouco antes de uma solenidade em que a Corte agraciou o ministro com a Medalha do Mérito Eleitoral. Entre os presentes, estavam a desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento e o desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior, presidente e vice-presidente do TRE; a juíza federal Carina Bastos de Senna, representante da Justiça Federal na Corte Eleitoral; o juiz federal da 11ª Vara, Caio Castagine Marinho; e o procurador regional eleitoral, José Augusto Torres Potiguar.

Já o Programa de Fortalecimento Institucional a partir da Gestão da Imagem da Justiça Eleitoral (Profi), instituído pela Portaria nº 282/2022, assinada pelo presidente Edson Fachin, tem como objetivo desenvolver ações coordenadas

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

para conter a onda de desconfiança e elevar as impressões positivas em torno das instituições eleitorais, com ênfase na segurança e na honestidade dos pleitos nacionais, na imparcialidade, no profissionalismo e na importância da Justiça Eleitoral.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MPPA anuncia mutirão de atendimentos à comunidade atingida por aterro sanitário de Marituba

Aterro, que teve funcionamento prorrogado até agosto de 2023, provoca contaminação do solo e do ar na região. Mutirão quer recolher as denúncias e reclamações da população.

Por g1 Pará — Belém

27/06/2022 19h28 · Atualizado há 16 horas



Entre os 4 e 15 de julho, o Ministério Público realizará Mutirão de atendimentos ao público com o objetivo de receber as reclamações decorrentes dos incômodos ocasionados pela operação do Aterro Sanitário de Marituba.

Segundo o MPP, a necessidade de realização do mutirão decorre do expressivo aumento de reclamações e procura do órgão ministerial e demais órgãos

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

públicos em razão da intensificação de odores e reclamações de incômodos à saúde da população fatos observados os últimos meses.

A Promotoria convida os interessados a realizarem o pré-agendamento a partir desta segunda-feira, dia 27, pelos canais de comunicação institucionais: (91) 98455-8647 e e-mail 5pjmarituba@mppa.mp.br. Caso necessário, o período de escuta poderá ser prorrogado.

O aterro

As atividades do aterro sanitário de Marituba foram prorrogadas para 31 de agosto de 2023. O encerramento estava previsto para junho deste ano, mas não houve definição de outro espaço para destinação dos resíduos sólidos da região metropolitana de Belém.

A Justiça do Pará homologou o acordo proposto pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) e Procuradoria Geral do Pará, Municípios de Ananindeua e Belém e a empresa Guamá Tratamento de Resíduos. A homologação foi feita pelo desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto, da 2ª Turma de Direito Público do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA).

Em nota a Prefeitura de Marituba disse que mantém o seu posicionamento contrário à continuidade das atividades do aterro sanitário no município e já decidiu recorrer da decisão judicial, o que deverá ser feito nos próximos dias.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Homem é condenado a 9 anos de prisão após matar mulher, fugir por 10 anos e ser pego usando documentos falsos no Pará

Crime foi em 2006 em Belém, mas processo só iniciou cerca de 10 anos depois, quando homem foi flagrado usando documentos falsos em Bragança.

Por g1 Pará — Belém

27/06/2022 14h33 · Atualizado há 21 horas



Sala do Tribunal do Juri do Pará. — Foto: Reprodução / Ascom TJ-PA

O Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA) condenou a nove anos de prisão em regime, inicialmente, fechado um homem acusado de matar a companheira.

Antes de começar a ser processado, ele ficou 10 anos foragido e foi localizado quando acabou sendo preso por usar documentos falsos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O crime ocorreu em dezembro de 2006, na casa da casa vítima, que ficava no bairro da Marambaia, em [Belém](#). Ela foi assassinada após o casal chegar em casa de madrugada. Eles tinham saído juntos à noite.

Durante o julgamento, familiares da vítima foram ouvidos e afirmaram que, na noite do crime, a neta da vítima, de 5 anos, chegou a ouvir um barulho e o assassino teria mandado a menina voltar a dormir.

Pela manhã, dois familiares da vítima, ao levantarem o cobertor que estava sobre o rosto dela, perceberam que havia sangue e pediram socorro aos vizinhos.

Após 10 anos foragido, o homem foi preso com documentos falsos em [Bragança](#), quando passou a responder pelo crime de homicídio.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Audiência em Juruti discute políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher

Na reunião foram apresentadas diversas demandas para melhorar a atuação feminina no município.

Por g1 Santarém e região — PA

27/06/2022 17h28 · Atualizado há 18 horas



Uma audiência pública sobre políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, foi realizada na quinta-feira (24) na quadra do Centro de Convivência Madre Clélia em [Juruti](#), oeste do Pará. A reunião foi promovida pelo Ministério Público do Estado do Pará, através da Promotoria de Justiça do município e do Núcleo Mulher.

A mesa, foi composta somente por mulheres, dentre elas integrantes dos movimentos sociais e poder público, com o objetivo de destacar simbolicamente que elas podem assumir posições de destaque em todos os eventos e na vida pública.

A falta de funcionamento do Conselho municipal da Mulher; ausência de Coordenadoria municipal da Mulher, da Ouvidoria e da Comissão da mulher na Câmara municipal, foram alguns dos pontos destacados durante a audiência.

Além disso, também foi apontada a ausência de casa-abrigo para vítimas de violência doméstica e familiar, a falta de serviço de atendimento e acompanhamento para homens agressores, falta de equipe multidisciplinar para escuta das mulheres, ausência da Defensoria Pública no município; ausência de Delegacia especializada, entre outros.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A 'Carta Rosa' também foi apresentada durante o evento, resultado do 0º Seminário de Combate à Violência Doméstica contra a Mulher, realizado no município de [Juruti](#), em 2019, requerendo a execução da mesma através dos órgãos públicos.

As recomendações já foram feitas, e estão sendo realizadas tratativas com o poder público municipal e estadual, para tomadas de providências.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



MORTE NA ORLA

Justiça concede prisão domiciliar para mandante de crime

Diogo Carvalho é acusado de ser o mandante da morte do seu xará, Diogo Sampaio. Ele fará uso do monitoramento eletrônico e somente poderá sair de sua moradia para consultas, internações e urgências médicas

terça-feira, 28/06/2022, 12:10 - Atualizado em 28/06/2022, 12:09 - Autor: DOL Carajás



Justiça do Pará concedeu prisão domiciliar ao empresário Diogo Costa Carvalho | Reprodução

No dia 20 de setembro de 2020, um crime movimentou a comunidade de Marabá no sudeste paraense. [Um homem que estava conversando com um casal de idosos na calçada de um conhecido comércio na orla da Marabá Pioneira, foi alvejado com um tiro certo nas costas.](#) O tiro veio de um veículo parado bem próximo a vítima em meio a movimentação de pessoas e carros daquela tarde quente no município.

Diogo Sampaio de Souza, o “Diogão”, de 38 anos, morreu na hora. [O suspeito, Diogo Costa Carvalho, foi preso no dia 28 de outubro de 2021, um ano após o crime.](#) Segundo a Polícia Civil, durante as investigações foi constatado que

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

existia uma discordância e disputas por áreas de mineração entre a vítima e o mandante do crime, o empresário Diogo Costa Carvalho, uma vez que ambos possuíam empresa mineradora em áreas próximas. Ele foi preso.

Agora, a Justiça do Pará concedeu prisão domiciliar ao empresário Diogo Costa Carvalho, acusado de ser o mandante do homicídio contra o também empresário Diogo Sampaio de Souza, o “Diogão”, de 38 anos. Em casa, Diogo Carvalho fará uso do monitoramento eletrônico (tornozeleira) e somente poderá sair de sua moradia para consultas, internações e urgências médicas. O crime ocorreu em 20 de setembro de 2020, na orla do rio Tocantins, em Marabá, região sudeste do Estado do Pará. Outras sete pessoas são acusadas de participação no crime.

“Diogo se encontra em prisão domiciliar para tratamento de saúde. Todo cidadão tem o direito de se defender com dignidade em um processo criminal e a proteção da saúde é um direito fundamental. A jurisprudência do Tribunal de Justiça do Pará é forte nesse sentido, inclusive acompanhando o entendimento do STJ e do STF, em Brasília”, declarou o advogado criminalista Lucas Sá, que atua na defesa do empresário.

Diogo Costa Carvalho, foi preso no dia 28 de outubro de 2021, um ano após o crime | **Reprodução**

O benefício foi concedido a Diogo na última quinta-feira (23), após os advogados do acusado entrarem com um pedido de habeas corpus, conforme informou Lucas Sá, que explicou, ainda, que seu cliente foi preso em outubro de 2021, mas, em dezembro de 2021, foi solto por ordem do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) para tratamento de saúde. Ainda segundo Lucas Sá, em fevereiro de 2022, Diogo foi preso novamente sob a acusação de que teria descumprido o monitoramento eletrônico, durante o período que esteve em casa se tratando.

Veja também!

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

[Empresário é assassinado com um tiro na orla de Marabá](#)

[Morte de Diogão foi encomendada por ex-sócio da vítima](#)

[Justiça manda soltar os quatro suspeitos de matar Diogão](#)

“A partir de então, o nosso escritório foi contratado para defendê-lo. Defendemos Diogo da acusação de descumprimento da monitoração eletrônica e ele foi inocentado pela própria Seap (Secretaria de Administração Penitenciária), que antes o acusava. Em razão disso e por ter um grave quadro de saúde, comprovado documentalmente, o Tribunal de Justiça do Pará concedeu nova ordem de soltura para que ele possa, enfim, cuidar da saúde dentro de casa, em caráter domiciliar, e se defender com dignidade dessa grave acusação criminal”, declarou Lucas Sá.

O documento com a decisão, assinado pela desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, aponta que, na cadeia, Diogo não estaria recebendo o tratamento adequado em razão do “quadro grave e debilitado de saúde em decorrência de hepatite A, colelitíase (pedra na vesícula), necessidade de realização de cirurgia de colecistectomia, bem como a observância de cuidados alimentares específicos ao seu estado e pós-cirurgia bariátrica, conforme prescrito em diversos laudos e exames médicos”. Segundo a defesa de Diogo, tal atenção especial era de conhecimento da Seap.

Audiência

Na sexta-feira (24), houve a primeira audiência do processo e testemunhas da acusação foram ouvidas, mas a defesa de Diogo Carvalho não pôde interrogá-las. Para o advogado criminalista Lucas Sá, esse fato não se tratou de uma estratégia, mas sim de um direito. “O direito de saber o que está acontecendo no processo, de conhecer todos os elementos de prova que os órgãos de investigação tiveram acesso sobre o caso. Até agora, por exemplo, nós não tivemos acesso a todo material que a acusação teve ao seu dispor, desde o início

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

das investigações, e é impossível defender alguém com seriedade se não se sabe o que há contra ela”, afirmou.

Diogo Sampaio de Souza, o “Diogão” foi assassinado com tiro certo nas costas | **Reprodução**

“Nesse caso, até decisões judiciais estão ocultas da defesa e algumas estão pela metade. Por conta disso, pedimos que o juiz suspendesse o andamento do processo para que pudéssemos ter acesso a tudo, para que nosso perito pudesse checar os elementos e verificar o que houve nas investigações”, acrescentou Lucas Sá.

Segundo ele, o pedido foi negado pelo juiz, o que limita o trabalho da defesa. “Isso terminou impedindo que pudéssemos fazer perguntas para as testemunhas do processo, pois, afinal, como iríamos perguntar se não sabemos tudo que há contra o cliente?”, questionou.

"Entendemos que essa negativa de um direito claro prejudicou o cliente e teremos de ir aos Tribunais para podermos rever a questão. O que estamos afirmando é que não é porque a acusação está dizendo que foi tudo legal que nós temos que acreditar. Temos o dever e o direito de checar e confrontar para poder saber o que é correto e o que não é. Se eles agiram dentro da lei, não há problema nenhum em nos fornecerem tudo. Se houver a necessidade, o que não acreditamos, iremos até o STF atrás desse direito, que é legítimo e é de todo cidadão, independente da gravidade da acusação contra si", declarou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br